

ADPF 770 MC-REF / DF

possibilidade de atuação conjunta das autoridades estaduais e locais para o enfrentamento dessa emergência de saúde pública, em particular para suprir lacunas ou omissões do governo central.

Com efeito, ao analisar a ADI 6.341-MC-Ref/DF, Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin, esta Suprema Corte assentou que os entes federados possuem competência concorrente para adotar as providências normativas e administrativas necessárias ao combate da pandemia. O Plenário do STF também decidiu, na ADPF 672-MC-Ref/DF, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, que o exercício da competência específica da União para legislar sobre vigilância epidemiológica, a qual deu ensejo à elaboração da Lei 13.979/2020, não restringiu a competência própria dos demais entes da Federação para implementarem ações no campo da saúde.

Nesse sentido, conforme asseverei ao analisar a ADI 6.362/DF, de minha relatoria, **o federalismo cooperativo**, antes mencionado, longe de ser mera peça retórica, **exige que os entes federativos se apoiem mutuamente, deixando de lado eventuais divergências ideológicas ou partidárias dos respectivos governantes, sobretudo diante da grave crise sanitária e econômica decorrente da calamidade pública causada pelo novo coronavírus**. Bem por isso, **os entes regionais e locais não podem ser alijados do combate à Covid-19**, notadamente porque estão investidos do poder-dever de empreender as medidas necessárias para o enfrentamento da emergência sanitária resultante do alastramento incontido da doença.

Assim, considerado o arcabouço constitucional acima descrito, e tendo em conta a jurisprudência desta Suprema Corte sobre o tema, é possível concluir que **a defesa da saúde incumbe não apenas à União, mas também a qualquer das unidades federadas**, seja por meio da edição de normas legais, respeitadas as suas competências, seja mediante a realização de ações administrativas, sem que, como regra, dependam da

ADPF 770 MC-REF / DF

autorização de outros níveis governamentais para levá-las a efeito, cumprindo-lhes, apenas, consultar o interesse público que têm a obrigação de preservar.

Em outros termos, a Constituição outorgou a todos os entes federados a competência comum de cuidar da saúde, compreendida nela a adoção de quaisquer medidas que se mostrem necessárias para salvar vidas e garantir a higidez física das pessoas ameaçadas ou acometidas pela nova moléstia, **incluindo-se nisso a disponibilização, por parte dos governos estaduais, distrital e municipais, de imunizantes diversos daqueles ofertados pela União, desde que aprovados pela Anvisa, caso aqueles se mostrem insuficientes ou sejam ofertados a destempo.**

No âmbito dessa autonomia insere-se, inclusive, a importação e distribuição, em caráter excepcional e temporário, por autoridades dos Estados, Distrito Federal e Municípios, de “quaisquer materiais, medicamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus”, observadas as condições do art. 3º, VIII, a, e § 7º-A, da Lei 13.979/2020, alterada pela Lei 14.006/2020.

Como se vê, a própria Lei 13.979/2020, nos precitados dispositivos, encaminha uma solução para a questão, ao assinalar que as “autoridades” - sem fazer qualquer distinção entre os diversos níveis político-administrativos da federação – poderão lançar mão do uso de medicamentos e insumos na área de saúde sem registro na Anvisa. Confira-se:

“Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional [...]. as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, as seguintes medidas:

[...]

VIII - autorização excepcional e temporária para

7

ADPF 770 MC-REF / DF

importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos e insumos da área da saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus, desde que:

a) registrados por pelo menos 1 (uma) das seguintes autoridades sanitárias estrangeiras e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países:

1. Food and Drug Administration (FDA);
2. European Medicines Agency (EMA);
3. Pharmaceuticals and Medical Devices Agency (PMDA);
4. National Medical Products Administration (NMPA);”

Aqui cumpre sublinhar que a mencionada Lei também estabelece que **autorização excepcional e temporária “deverá ser concedida pela Anvisa em até 72 (setenta e duas) horas após a submissão do pedido à Agência, dispensada a autorização de qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta para os produtos que especifica, sendo concedida automaticamente caso esgotado o prazo sem manifestação”** (art. 3º, §7º-A). No ponto, ressalto, por oportuno, que o veto do Presidente da República a este parágrafo foi derrubado pelo Congresso Nacional na Sessão de 19/8/2020.

Não desconheço a aprovação da Resolução DC/ANVISA 444 de 10/12/2020, a qual “estabelece a autorização temporária de uso emergencial, **em caráter experimental**, de vacinas Covid-19 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2)”.

No entanto, a publicação da referida Resolução emanada de Diretoria Colegiada, ao propiciar mais uma maneira de aprovação das vacinas contra a Covid-19 – em caráter experimental -, não exclui, até porque não poderia fazê-lo, as formas já existentes, de modo que remanescem, tanto o registro previsto no art. 12 da Lei 6.360/1976, como a autorização excepcional e temporária estabelecida no art. 3º, VIII, da Lei

ADPF 770 MC-REF / DF

13.979/2020.

A dispensação excepcional de medicamentos sem registro na Anvisa, de resto, não constitui matéria nova nesta Suprema Corte, já tendo sido apreciada no RE 657.718/MG-RG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, de cuja tese ressalto o seguinte trecho:

“[...] É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei nº 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras); (ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil” (grifei).

Seja como for, as disposições constantes do art. 3º, VIII, a, e § 7º-A, da Lei 13.979/2020, gozam da presunção de plena constitucionalidade, revelando, portanto, a solução encontrada pelos representantes do povo reunidos no Congresso Nacional para superar, emergencialmente, a carência de vacinas contra o novo coronavírus.

Por aí já se vê que merece acolhida parcial a pretensão agasalhada na inicial de “permitir, excepcionalmente, a aquisição e fornecimento de vacinas contra a covid-19 desde que já possuam registro em renomadas agências de regulação no exterior, independente de registro na Anvisa, considerando a urgência humanitária na prevenção a novas ondas de coronavírus” (pág. 31 da inicial), sobretudo por estar em jogo a saúde de toda a população brasileira, em tempo de grande angústia e perplexidade, agravado por uma inusitada falta de confiança nas autoridades sanitárias com o nefasto potencial de abalar a coesão e harmonia social.

ADPF 770 MC-REF / DF

Não se olvide, todavia, que qualquer que seja a decisão dos entes federados no concernente ao enfrentamento da pandemia deverá levar em consideração, por expresse mandamento legal, as evidências científicas e análises estratégicas em saúde, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei 13.979/2020. Essa apreciação, sempre explícita e fundamentada, compete exclusivamente às autoridades públicas estaduais, distritais e locais, consideradas as situações concretas que vierem a enfrentar.

Isso posto, com fundamento nas razões acima expendidas, voto por referendar a medida cautelar pleiteada para assentar que os Estados, Distrito Federal e Municípios (i) no caso de descumprimento do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, recentemente tornado público pela União, ou na hipótese de que este não proveja cobertura imunológica tempestiva e suficiente contra a doença, poderão dispensar às respectivas populações as vacinas das quais disponham, previamente aprovadas pela Anvisa, ou (ii) se esta agência governamental não expedir a autorização competente, no prazo de 72 horas, poderão importar e distribuir vacinas registradas por pelo menos uma das autoridades sanitárias estrangeiras e liberadas para distribuição comercial nos respectivos países, conforme o art. 3º, VIII, a, e § 7º-A, da Lei 13.979/2020, ou, ainda, quaisquer outras que vierem a ser aprovadas, em caráter emergencial, nos termos da Resolução DC/ANVISA 444, de 10/12/2020.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 770

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) : MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, referendou a medida cautelar pleiteada para assentar que os Estados, Distrito Federal e Municípios (i) no caso de descumprimento do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, recentemente tornado público pela União, ou na hipótese de que este não proveja cobertura imunológica tempestiva e suficiente contra a doença, poderão dispensar às respectivas populações as vacinas das quais disponham, previamente aprovadas pela Anvisa, ou (ii) se esta agência governamental não expedir a autorização competente, no prazo de 72 horas, poderão importar e distribuir vacinas registradas por pelo menos uma das autoridades sanitárias estrangeiras e liberadas para distribuição comercial nos respectivos países, conforme o art. 3º, VIII, a, e § 7º-A, da Lei nº 13.979/2020, ou, ainda, quaisquer outras que vierem a ser aprovadas, em caráter emergencial (Resolução DC/ANVISA 444, de 10/12/2020), nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.2.2021 a 23.2.2021.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Nunes Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

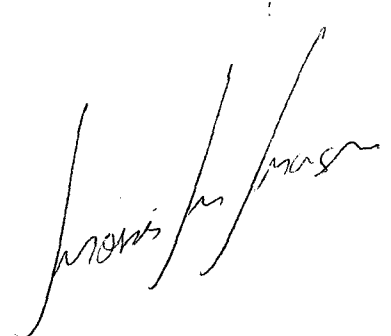
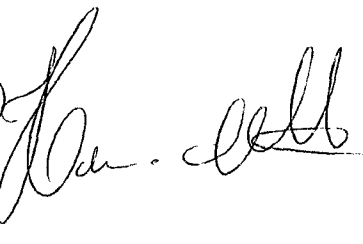
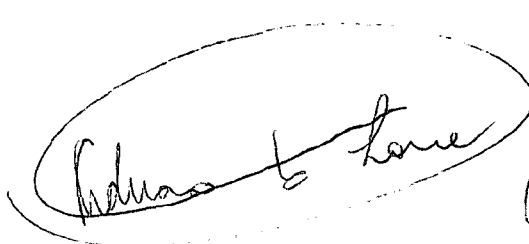
PROJETO DE LEI Nº 051/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal - Autoriza o Poder Executivo a firmar Protocolo de Intenções com a Frente Nacional de Prefeitos, a fim de aderir a consórcio público a ser instituído para a aquisição de vacinas para enfrentamento à pandemia da COVID-19 e dá outras providências.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.



Rio Claro, 09 de março de 2021.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 044/2021

(Proibi a emissão de ruídos sonoros excessivos em escapamentos de motocicletas e impõe penalidades e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica proibida a emissão de ruídos sonoros excessivos em escapamentos de motocicletas.

Artigo 2º - Será proibido à instalação de dispositivos e similares que intensificam o ruído emitido nos escapamentos das motocicletas.

Artigo 3º - O Motor e o Escapamento da motocicleta deverão ser mantidos conforme a configuração original do fabricante, não apresentando alterações, modificações ou sinal de deterioração.

Artigo 4º - A emissão de ruídos fora das normas estabelecidas pelo CONTRAN sujeitará o infrator as seguintes penalidades:

I – Primeiramente será aplicada uma autuação, de advertência por escrito e assinada pelo infrator, alertando-o com relação à legislação vigente e a necessidade de adequação;

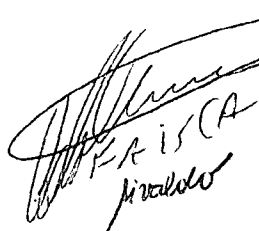
II – Na primeira reincidência será aplicada uma multa, lavrada por agente fiscalizador, no valor de 100 UFMRC.


III – Na segunda reincidência, o infrator além da nova multa, terá apreensão/e remoção do veículo até a regularização.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por Decreto.

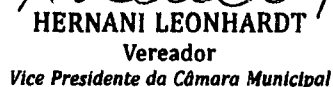
Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

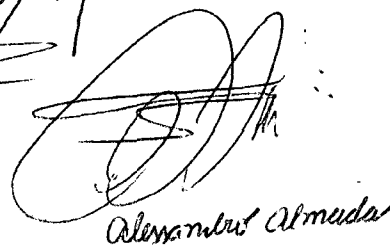
Rio Claro, 03 de março de 2021.


FRANCISCO
fiscalizador


DIEGO GARCIA GONZALEZ
(Pr. Diego)
Vereador PSD


PAULO MARCOS GUEDES
Vereador


HERNANI LEONHARDT
Vereador
Vice Presidente da Câmara Municipal


Alexandre Almeida

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 44/2021 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 44/2021 - PROCESSO Nº 15733-051-21.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 44/2021, de autoria dos nobres Vereadores Paulo Marcos Guedes, Sivaldo Rodrigues de Oliveira e Alessandro Sonogo de Almeida, que proíbe a emissão de ruídos sonoros excessivos em escapamentos de motocicletas e impõe penalidades e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

R1P
39

Câmara Municipal de Rio Claro

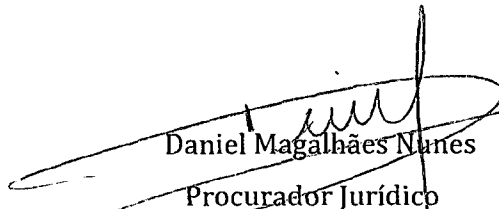
Estado de São Paulo


Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei ora analisado dispõe sobre a proibição da emissão de ruídos sonoros excessivos em escapamentos de motocicletas e impõe penalidades e dá outras providências.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de legalidade.

Rio Claro, 09 de março de 2021.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624

Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

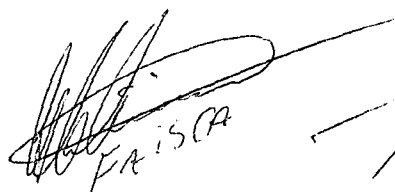
Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 044/2021

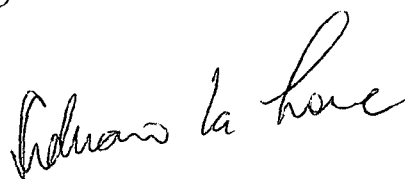
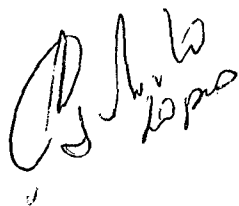
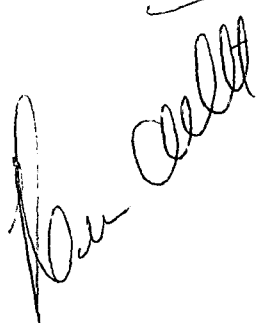
O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores Paulo Marcos Guedes, Sivaldo Rodrigues de Oliveira e Alessandro de Almeida - Proibi a emissão de ruídos sonoros excessivos em escapamentos de motocicletas e impõe penalidades e dá outras providências.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.



PAULISTA

Rio Claro, 08 de março de 2021.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 049/2021

(Institui como atividade essencial as academias de esporte de todas as modalidades, as escolas de dança e os demais estabelecimentos de prestação de serviços de educação física e de prática da atividade física no âmbito do Município de Rio Claro.)

Artigo 1º - Fica instituído como Atividade Essencial as academias de esporte de todas as modalidades, as escolas de dança e os demais estabelecimentos de prestação de serviços de educação física e de prática da atividade física, públicos ou privados, como forma de prevenir doenças físicas e mentais no âmbito do Município de Rio Claro - SP.

§ 1º - Fica estabelecido academias de musculação e ginástica, centros de treinamento, natação, hidroginástica, artes marciais, dança, e demais modalidades esportivas como atividades essenciais à saúde mesmo em período de calamidade pública.

§ 2º - Poderá ser realizada a limitação do número de pessoas, além de adotadas medidas de contenção sanitárias, objetivando impedir a propagação de doenças de acordo com a gravidade da situação e desde que por decisão devidamente fundamentada em normas sanitárias e de segurança pública, a qual indicará extensão, motivos e critérios técnicos e científicos embasadores das restrições que porventura venham a ser apresentadas.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 04 de março de 2021.


RAFAEL HENRIQUE ANDREETA
Vereador
PTB


HERNANI ALBERTO MONACO LEONHARDT
Vereador
MDB

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 49/2021 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 49/2021 - PROCESSO Nº 15738-056-21.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 49/2021, de autoria de Vereadores, que institui como atividade essencial as academias de esporte de todas as modalidades, as escolas de dança e os demais estabelecimentos de prestação de serviços de educação física e de prática da atividade física no âmbito do Município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica proceder à análise relativa ao mérito ou conveniência da proposta ora analisada.

Em relação ao aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

RV
43

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O Projeto de Lei ora analisado institui como atividade essencial o funcionamento dos estabelecimentos de prestação de serviços de educação física, públicos ou privados, como forma de prevenir doenças físicas e mentais, a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais para a saúde da população no município de Rio Claro.

Em que pesem as elevadas intenções dos nobres Vereadores, a propositura padece de vício formal de competência e iniciativa, uma vez que compete privativamente ao Poder Executivo, ou seja, Presidente, Governador e Prefeito Municipal a iniciativa de projetos de lei que versam sobre essa matéria.

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6.341), confirmou a competência concorrente de Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações para combater pandemia da COVID-19, estando livres os Governadores e Prefeitos para decidirem e estabelecerem medidas protetivas (isolamento social e outras), bem como o fechamento do comércio, reconhecendo também que a União pode legislar sobre o tema, mas garantindo a autonomia dos demais entes, sendo que os atos a serem praticados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios ficam na esfera da competência concorrente (para legislar sobre saúde pública - artigo 23, inciso II, da CF), cabendo aos mesmos tratar de normas e atribuições das autoridades em relação às medidas a serem implementadas em razão da pandemia.

R10
44

Câmara Municipal de Rio Claro

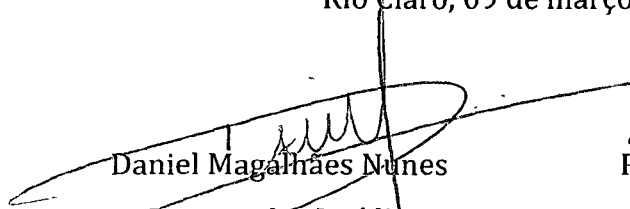
Estado de São Paulo


Assim sendo, o Plenário do STF definiu que **Prefeitos e Governadores têm autonomia para regulamentar a quarentena e, conseqüentemente, definir os serviços que podem funcionar no período de calamidade, ficando evidente que a competência para definir as chamadas atividades essenciais é do Chefe do Poder Executivo.**

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço poderá ser julgado **INCONSTITUCIONAL** pelos Tribunais, **em razão da matéria ser de competência do Chefe do Poder Executivo, ou seja, o Projeto de Lei tem que ser apresentado pelo Senhor Prefeito Municipal, por se tratar de matéria relacionada à administração pública.**

Este é o Parecer OPINATIVO desta Procuradoria Jurídica, ficando a decisão final a cargo das Comissões Competentes da Casa Legislativa.

Rio Claro, 09 de março de 2021.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624

Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

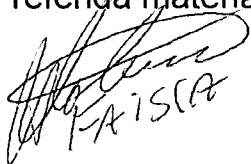
Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

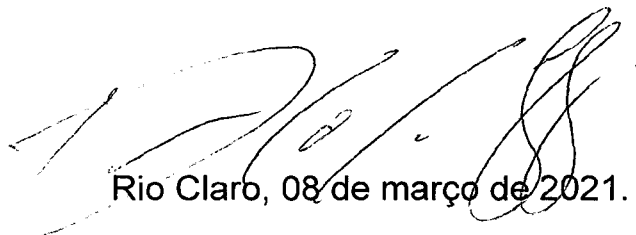
PROJETO DE LEI Nº 049/2021

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores Rafael Henrique Andreeta, Hernani Alberto Monaco Leonhardt e Outros - Institui como atividade essencial as academias de esporte de todas as modalidades, as escolas de dança e os demais estabelecimentos de prestação de serviços de educação física e de prática da atividade física no âmbito do Município de Rio Claro.

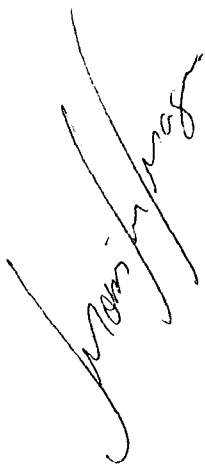
Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.



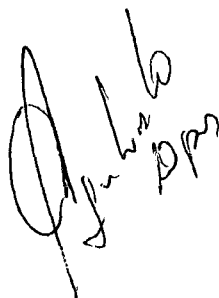
RAFAEL HENRIQUE ANDREETA




Rio Claro, 08 de março de 2021.



Adilson L. Lora



Adilson L. Lora



Adilson L. Lora

Adilson L. Lora

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2021

(Acrescenta o inciso IX e o § 9º, no Artigo 35, da Seção II, Capítulo II, Título II: Das Comissões Permanentes, da Resolução 244, de 14 de novembro de 2006 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro).

Artigo 1º - Acrescentar o inciso IX e o § 9º, no Artigo 35, da Seção II, Capítulo II, Título II: Das Comissões Permanentes, da Resolução 244, de 14 de novembro de 2006 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro), passando a ter a seguinte redação:

“IX – de Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, que preferencialmente deve ser presidida por uma mulher, exceto em casos onde o Legislativo não tenha em sua composição uma ou mais mulheres.

§ 9º Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

I – Colaborar com entidades governamentais e não governamentais, que atuem na defesa dos direitos das mulheres;

II – Incentivar, fiscalizar e acompanhar a aplicação de programas e políticas públicas municipais à proteção dos direitos das mulheres, com destaque para o combate à violência de gênero;

III – Manifestar-se sobre proposições relativas aos interesses das mulheres, incluindo sobre seu empoderamento e autonomia;

IV – Analisar sugestões legislativas, manifestar-se sobre elas e incentivar a criação de leis em defesa das causas relacionadas à proteção dos direitos das mulheres, zelando para que estas sejam aplicadas;

V – Propor eventos (do tipo simpósios, conferências e palestras) sobre a temática da violação dos direitos da mulher, em especial as situações de violência psicológica, física, sexual e patrimonial;

VI – Acompanhamentos dos índices de mortalidade de mulheres no ciclo vital, em ênfase para mortalidade materna.

VII - Os membros desta Comissão não podem possuir condenação criminal que afronte os incisos anteriores, sob pena de perda do lugar na comissão, sendo aplicado o § 5º do artigo 48 do Regimento Interno.”

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Rio Claro, 08 de março de 2021.


SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE
VEREADOR DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2021, PROCESSO Nº 15742-060-21.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Resolução nº 02/2021, de autoria do nobre Vereador Sérgio Montenegro Carnevale, o qual acrescenta o inciso IX e o §9º, no artigo 35, Seção II, Capítulo II: Das Comissões Permanentes, da Resolução nº 244 de 14 de novembro 2006 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro/SP.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

A competência de iniciativa é privativa da Câmara Municipal, a teor do art. 15, incisos II e parágrafo único e art. 55 da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Sob esse diapasão, a legitimidade está patente.

Inclusive, trata-se de competência exclusiva da Câmara Municipal as proposições destinadas a regular matéria político-administrativa, por meio de resolução, de efeito interno, conforme art. 55, alínea "b".

218
48

Câmara Municipal de Rio Claro

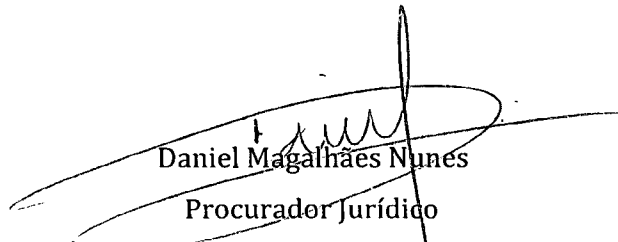
Estado de São Paulo

A propósito qualquer alteração no Regimento Interno da Câmara Municipal deverá ser aprovado pelo Plenário em um só turno de votação, sendo posteriormente promulgado pelo Presidente da Casa Legislativa, conforme artigo 55, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município.

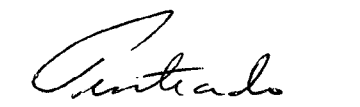
Ademais, o artigo 226 do Regimento Interno da Câmara Municipal, prevê que o Projeto de Resolução destinado a modificar, total ou parcialmente, o Regimento Interno, obedecerá os ritos a que estão sujeitos os Projetos de Lei em regime de tramitação ordinária.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que Projeto de Resolução nº 02/2021 reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 09 de março de 2021.



Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624

Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

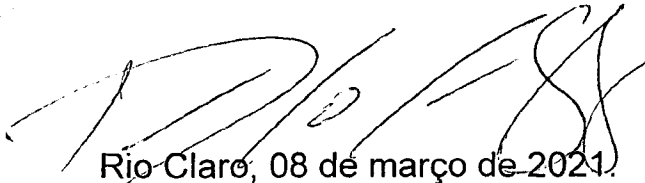
PARECER COMISSÃO CONJUNTA

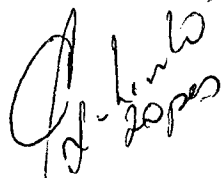
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2021

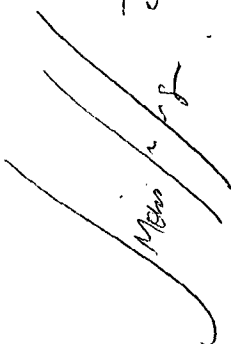
O presente Projeto de Resolução de autoria do Vereador Sérgio Montenegro Carnevale - Acrescenta o inciso IX e o § 9º, no Artigo 35, da Seção II, Capítulo II, Título II: Das Comissões Permanentes, da Resolução 244, de 14 de novembro de 2006 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.


Paulo Sérgio


Rio Claro, 08 de março de 2021.


Paulo Sérgio


Paulo Sérgio

Adriano L. Leme



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

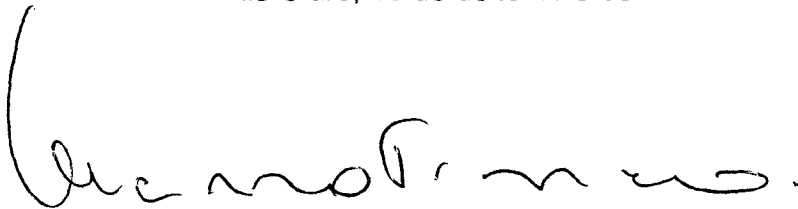
Projeto de Decreto Legislativo Nº 026/2020

Confere Título de Cidadão Rio-Clarense ao Doutor José Martiniano Grillo Neto, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

Artigo 1º - Fica conferido o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Doutor José Martiniano Grillo Neto, pelos relevantes serviços prestados a comunidade Rio-Clarense.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2020.



LUCIANO BONSUCESSO - LUCIANO FEITOSA DE MELO
Vereador

DECLARAÇÃO

Eu, José Martiniano Grillo Neto e reitero que é com grande honra que aceito e a receberei a homenagem de outorga de “Título de Cidadão Rio-clarense”, proposta pela Câmara Municipal de Rio Claro, através da iniciativa do Vereador Luciano Feitosa de Melo – Luciano Bonsucesso, onde ele afirma que é: pelos relevantes serviços prestados a comunidade Rio-Clarense.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2020


JOSÉ MARTINIANO GRILLO NETO

BIOGRAFIA - CURRICULUM

JOSÉ MARTINIANO GRILLO NETO

Nascido em 04 de outubro de 1955

Natural de Piracicaba –SP – Brasil

Filiação: Lázaro Grillo e Maria Aparecida Camargo Grillo

Estado Civil: Casado

RG: 7.258342 – SSP-SP

CPF: 273.466.506-97

CRM-SP: 41.020

CRM-MG: 12.559

FORMAÇÃO ACADÊMICA

1963-1966 – Grupo Escolar “Joaquim Salles”

Rio Claro/SP

1967-1970 – Instituto de Educação Estadual “Joaquim Ribeiro”

Rio Claro/SP

1971-1973 – Colégio Estadual “Prof. Elias de Melo Ayres”

Piracicaba/SP

1974-1979 – Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia/MG

Residência Médica: Realizada no serviço de Urologia da Universidade Federal de Uberlândia, à cargo do Professor Dr. Neilton Gonçalves Prado, fellow do serviço de urologia da Duke University School – Durhan Carolina do Norte – Estados Unidos, no serviço do Professor Dr. James J Glenn.

2001 – Continued medical education course men's health – Harvard Medical International/Unimed

2002-2003 – 1º MBA Gestão de Serviços de Saúde - Faap

2002-2003 – Health Care Business Management module of the Unimed/Faap Master's Program – Wharton School University Of Pennsylvania

2004 – 1ª Jornada Desarrollo de Cooperativas – LKS/Mix Assessoria e Treinamento – Mondragón - Espanha

2004-2005 – Pós Graduação em Gestão de Organizações Hospitalares e Sistema de Saúde (GHOSS) pela FGV-COC

Ribeirão Preto/SP

ATUOU COMO

- Diretor Superintendente da Unimed Rio Claro (1991 a 1993);
- Vice-Presidente da Unimed Rio Claro (1993 a 1996);
- Presidente da Unimed Rio Claro (1996 a 2014);
- Diretor de Planejamento da Federação Intrafederativa Centro Paulista (2003 a 2006);
- Diretor Administrativo da Federação Intrafederativa Centro Paulista (2006 a 2009);
- Presidente da Federação Intrafederativa Centro Paulista (2009 a 03/2014).
- Conselheiro de Administração na Seguros Unimed (Gestão 2014-2017);
- Diretor Administrativo da Unimed Rio Claro (Gestão 2014-2017);
- Diretor Presidente da Federação das Unimeds do Estado de São Paulo (Gestão 2014-2018).

ATUALMENTE

- Diretor Administrativo da Unimed Rio Claro (Gestão 2017-2020);
- Conselheiro de Administração na Central Nacional Unimed;
- Médico Cooperado da Unimed Rio Claro desde 1982.

Câmara Municipal de Rio Claro

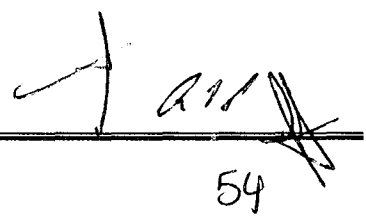
Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26/2020 - PROCESSO Nº 15684-160-20.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 26/2020, de autoria do nobre Vereador Luciano Feitosa de Melo, que confere o Título de Cidadã Rio-Clarense ao Doutor José Martiniano Grillo Neto, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:


54

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal por estar previsto no artigo 213 da Resolução nº 244, de 16 de novembro de 2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro), que assim dispõe sobre a concessão dos títulos honoríficos:

“Artigo 213 – São títulos honoríficos:

I – Cidadão Rio-clarense;

II – Cidadão Emérito;

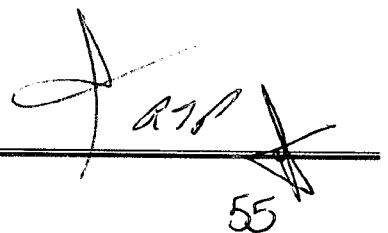
III – Medalha de Honra ao mérito.

(...)

Nesse diapasão o pleito em referência encontra amparo legal no artigo 213, inciso II, do Regimento Interno desta Edilidade.

Cabe ressaltar, que de acordo com o artigo 214 do Regimento Interno, o projeto só será admitido se estiver instruído com a biografia e a anuência de quem se pretende homenagear, de acordo com a redação dada pela Resolução nº 246/2007.

Finalmente, salientamos que, nos termos do artigo 213, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Edilidade, cada Vereador poderá outorgar anualmente somente um (01) título para cada um dos tipos especificados nos incisos I e II.



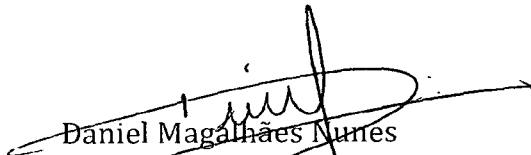
55


Câmara Municipal de Rio Claro

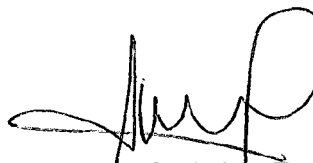
Estado de São Paulo

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Decreto Legislativo nº 26/2020 se reveste de legalidade.

Rio Claro, 21 de dezembro de 2020.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/2020

PROCESSO Nº 15684-160-20

PARECER Nº 001/2021

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO**, Confere Título de Cidadão Rio-Clarense ao Doutor José Martiniano Grillo Neto, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 08 de fevereiro de 2021.



Pr. Diego Garcia Gonzales
Presidente



Moisés Menezes Marques
Relator



Dermeval Nevoeiro Demarchi
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/2020

PROCESSO Nº 15684-160-20

PARECER Nº 001/2021

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO**, Confere Título de Cidadão Rio-Clarense ao Doutor José Martiniano Grillo Neto, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 22 de fevereiro de 2021.


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Presidente


Rafael Henrique Andreeta
Relator


Sérgio Montenegro Carnevale
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/2020

PROCESSO Nº 15684-160-20

PARECER Nº 009/2021

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO**, Confere Título de Cidadão Rio-Clarense ao Doutor José Martiniano Grillo Neto, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 25 de fevereiro de 2021.



Thiago Yamamoto
Presidente



Irander Augusto Lopes
Relator

Rodrigo Aparecido Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/2020

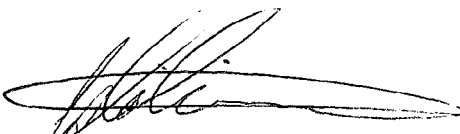
PROCESSO Nº 15684-160-20


PARECER Nº 003/2021

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO**, Confere Título de Cidadão Rio-Clarense ao Doutor José Martiniano Grillo Neto, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Decreto Legislativo, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Edilidade.

Rio Claro, 01 de março de 2021.


Sivaldo Rodrigues de Oliveira
Presidente


Adriano La Torre
Relator


Vagner Aparecido Baungartner
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/2020

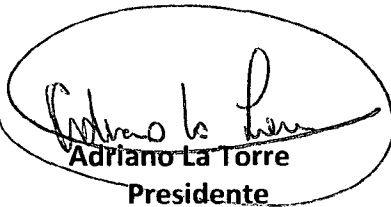
PROCESSO Nº 15684-160-20

PARECER Nº 009/2021

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **LUCIANO FEITOSA DE MELO**, Confere Título de Cidadão Rio-Clarense ao Doutor José Martiniano Grillo Neto, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 11 de março de 2021.



Adriano La Torre
Presidente



Geraldo Luís de Moraes
Relator

Paulo Marcos Guedes
Membro